

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O LIVRO DIDÁTICO E A APOSTILA

CÂMARA, Naiá Sadi
Universidade de Franca- Uni-Facef
naiasadi@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma análise comparativa entre o livro didático e a apostila a fim de identificar quais são as estruturas discursivo-textuais que configuram esses textos classificados como gênero didático-pedagógico. Partindo do pressuposto de que o gênero didático pedagógico é responsável pela formação dos sujeitos alunos, acreditamos que ao apresentarmos essas características, tornaremos explícitos os valores e as ideologias que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem de língua materna.

Palavras-chave: livro didático; apostila; gênero.

Este trabalho objetiva apresentar dados de uma pesquisa vinculada ao projeto “Leitura de gêneros na escola” cujo propósito é verificar como os gêneros materializados nos textos resultantes das atividades de leitura/escrita/fala/escuta são desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem de língua materna.

Nossa pesquisa destina-se a analisar o material didático utilizado nos diferentes níveis de ensino: básico e superior, a fim de caracterizar esse material que classificamos como gênero didático-pedagógico e dividiu-se em três frentes: análise das propostas pedagógicas elaboradas pela secretaria da educação do estado de São Paulo para o ensino básico; análise comparativa entre os diferentes materiais didáticos : livro, apostila, manual; análise do material produzido para o ensino a distância de cursos superiores.

Neste artigo, apresentaremos os resultados da análise comparativa entre os gêneros livro didático e apostila a fim de identificar as práticas discursivas responsáveis por sua constituição e assim verificar os pontos de convergência e divergência entre esses, que são, atualmente, os gêneros mais utilizados no ensino básico.

Segundo Bakhtin (2010), existem nas sociedades, em todos os campos de atividades, enunciados “ investidos de autoridade” que são responsáveis por determinar as diretrizes e o tom nos quais as pessoas devem se basear, como afirma o autor: “ aquelas ideias determinantes dos “ senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas [...]” (Bakhtin, 2010, p. 290)

Com base nessa postura, partimos do pressuposto de que os gêneros livro e apostila, classificados como gênero didático-pedagógico, são manifestações do discurso legitimado pela sociedade, investidos de autoridade, e por isso desempenham junto a outros gêneros, o papel de senhor do pensamento na constituição dos sujeitos.

Acreditamos, portanto, que a análise dos processos de construção dos sentidos nesse gênero formado por enunciados compostos por diferentes materialidades, permite verificar como as ideologias e valores neles apresentados determinam as competências e habilidades exigidas para os professores e para os estudantes do ensino fundamental, médio.

As transformações nos processos da comunicação social, motivadas, sobretudo pela evolução das tecnologias digitais, das formas de interação e construção de significados e da convergência cultural e midiática propiciam um convívio cada vez maior com a diversidade cultural e linguística. Sendo o gênero didático- pedagógico um dos principais instrumentos de competencialização tanto dos alunos quanto dos professores, pretendemos, em nossas

análises, verificar também em que medida esse gênero apreende e representa essa diversidade e essas transformações.

1.O gênero didático- pedagógico

Muitos são os pesquisadores que se dedicam ao estudo do gênero desde a antiguidade. Nossa investigação fundamenta-se numa perspectiva sócio-histórica, especialmente nos trabalhos de Bakhtin para quem gênero discursivo é definido como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. (Bakhtin, 2010, p. 262).

As ações e atividades dos sujeitos realizam-se em diferentes campos, tais como o trabalho, a família, a escola, entre outros, e os enunciados produzidos são determinados pelas condições específicas e as finalidades de cada campo, conforme afirma Bakhtin:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica. (BAKHTIN, 2010, p. 262).

Na visão bakhtiniana, os gêneros, concebidos com uma finalidade comunicativa, configuram-se como nos mostra Machado (2010) como um “dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, de criação de mensagens em contextos culturais específicos” (Machado, 2010, p. 158).

Segundo Bakhtin, o uso da língua ocorre por meio de enunciados orais e escritos produzidos nos diversos campos das atividades humanas que refletem as finalidades desses campos pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela construção composicional, elementos ligados ao enunciado e determinados pelas características dos diferentes campos de comunicação.

O conteúdo temático refere-se ao domínio de sentido de que se ocupa o gênero e não ao assunto do mesmo; a construção composicional é o modo de organização do texto, sua estrutura, responsável pelo acabamento da unidade de comunicação, estabelecendo as relações entre os interlocutores e os outros discursos; o estilo diz respeito à seleção dos meios linguísticos, dos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais, sempre em função da imagem do interlocutor e de como se espera sua compreensão responsiva ativa do enunciado.

Neste trabalho, a fim de caracterizarmos o gênero didático-pedagógico, baseamos também na proposta apresentada por Schneuwly (1997) segundo o qual os gêneros devem ser definidos por:

1) os conteúdos e os conhecimentos que se tornam dizíveis através dele; 2) os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos reconhecidos como pertencentes ao gênero; 3) as configurações específicas de unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura. (SCHENEUWLY, 1997, p. 3).

O gênero didático-pedagógico realiza-se no domínio discursivo educacional. Segundo Marcuschi, “[...] entendemos como domínio discursivo uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica, etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão”. (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

O autor afirma que os domínios discursivos, além de produzirem modelos de comunicação que se tornam estáveis, organizam também relações de poder. Consideramos o domínio discursivo educacional, com base também nas reflexões sobre o discurso didático realizadas por Portela (2008), como um domínio constituído por atividades inscritas na dimensão cognitiva, definidas por um fazer-persuasivo e formador, no qual um destinador-social, representante do Sistema educacional, estabelece o quadro de valores e ideologias no qual os processos de interação comunicativa se constituem.

Desta forma, podemos afirmar que as relações de poder organizadas no domínio discursivo educacional determinam uma visão normativa da educação. Esse controle se realiza por meio dos diferentes textos que compõem o gênero didático-pedagógico (doravante GDP): leis, livros, apostilas, manuais, projetos pedagógicos, exercícios escolares, entre outros.

O GDP pode então ser definido como um conjunto de textos cujo objetivo é instruir, divulgar, determinar as doutrinas e métodos que devem ser seguidos no processo de ensino e aprendizagem, no domínio discursivo educacional.

Para Schneuwly (1997), o GDP caracteriza-se como uma variação do gênero de referência, ou seja, o enunciador do gênero didático-pedagógico exerce, numa relação dialógica um fazer-interpretativo sobre o gênero de referência- o gênero científico e produz outrogênero, que no entanto deve parecer ser o mesmo.

O fato de o GDP ter como fonte o gênero científico, cria um efeito de sentido de verdade inquestionável, já que validado pela ciência, além de constituir um gênero no qual a polifonia é apagada ou seja, seleciona-se apenas um ponto de vista, uma voz sobre o conteúdo temático abordado. Dessa forma, o GDP assume um caráter homogeneizante dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Portela (2008), é um processo de adaptação e de ajustamento que promove a transposição do gênero científico para o gênero didático-pedagógico.

é a adaptação que controla a quantidade de ruído no enunciado didático, substituindo, por exemplo, as definições teóricas muito específicas por explicações e exemplos mais familiares ao universo do sujeito aprendiz. Ela tem um papel “ecológico”, na medida em que zela pela adequação, pelo equilíbrio entre o sistema de valores do didata e os do sujeito aprendiz. (PORTELA, 2008, p. 58)

Em seus estudos sobre os gêneros discursivos, Maingueneau (2001) afirma que são várias as categorias utilizadas na classificação dos gêneros. O autor exemplifica esses aspectos com os gêneros manual, jornal, tragédia, reality show, romance sentimental e mostra que os critérios de classificação são totalmente heterogêneos: “romance sentimental remete a um tipo de conteúdo (sentimental); narrativa, a um modo de organização textual; jornal, ao caráter periódico da publicação, soneto a uma certa disposição dos versos de um poema” (Maingueneau, 2001, p.59).

Para o autor, apesar de haver a necessidade de se estabelecer critérios rigorosos para a classificação dos gêneros, pode-se aceitar critérios distintos que revelam formas diferentes de apreender o discurso.

Optamos, neste trabalho, por considerar o livro didático (doravante LD) e a apostila como gêneros, apesar de alguns autores discordarem dessa classificação. Marcuschi (2008), por exemplo, afirma que a diferença entre suporte e gênero é uma discussão polêmica e em andamento. Para ele, o livro deve ser considerado como um suporte e conseqüentemente o livro didático também. O autor classifica o livro didático como um suporte que possui vários gêneros e que pode “ser tratado como um suporte com características muito especiais.” (Marcuschi, 2008, p.179).

Longe de querermos solucionar essa polêmica, classificamos o LD e a apostila como gêneros didático-pedagógicos tendo em vista que os mesmos respondem aos critérios básicos de classificação dos gêneros, pois apresentam padrões sociocomunicativos definidos por sua composição funcional, objetivos enunciativos e estilos próprios, enfim, apresentam um conjunto de características que o diferenciam de um livro comum.

Desta forma, consideramos, baseados em Maingueneau, que o LD assim como a apostila são gêneros no interior de um tipo de discurso “didático” que por sua vez faz parte de um conjunto maior, o tipo de discurso “educacional”, realizado em um lugar institucional escolar entre os parceiros específicos envolvidos no processo.

2. Semelhanças e diferenças

Nesta etapa da nossa pesquisa, nosso objetivo foi o de identificar quais as características que constituem o LD e a apostila, os conteúdos e os conhecimentos que se tornam dizíveis por meio deles; os elementos de suas estruturas comunicativas e semióticas. Assim, não realizamos uma análise de um livro específico e nem de uma só apostila, mas nos debruçamos sobre alguns materiais atualmente utilizados tanto na rede pública quanto privada.

Se fizermos um levantamento histórico do GDP, verificaremos que, por muito tempo, o livro didático foi o gênero mais utilizado nas escolas. Posteriormente, a partir das experiências realizadas em cursinhos preparatórios para os exames vestibulares, o livro didático foi gradativamente substituído pela apostila em muitas instituições. Agregou-se à apostila valores tais como modernidade, atualização, proximidade, custos mais acessíveis, entre outros, a fim de promover sua inserção.

O LD e a apostila, atualmente, produtos de um universo muito lucrativo, são divididos em manual do professor e manual do aluno. A diferença entre eles se apresenta nas respostas prontas elaboradas pelas editoras, aos exercícios propostos, na versão do professor e nas orientações que devem auxiliar, dirigir o trabalho docente. Essa estrutura cristalizada tem suas bases em vários setores, mas o que de mais relevante ela demonstra é o cerceamento dos sentidos, a negação da individualidade e o controle ideológico exercido pelo direcionamento da conduta do professor.

O conteúdo temático do gênero-didático pedagógico, como afirmamos na introdução deste artigo é determinado por um destinador social, representante do sistema educacional. Para cada nível de ensino há um conjunto de textos que determina o conteúdo temático como por exemplo:

- no ensino superior: Lei de diretrizes e bases da educação, projeto de desenvolvimento institucional, projeto pedagógico do curso, entre outros;
- no ensino básico: Lei de diretrizes e bases da educação, Parâmetros curriculares nacionais, propostas pedagógicas, entre outros.

Em princípio, o conteúdo temático deveria ser o mesmo no LD e na apostila, já que versam sobre um ensinamento de um programa de curso de língua materna. As variações deveriam ser determinadas pelos contextos específicos de cada nível de aprendizagem, de cada disciplina, de cada instituição.

No entanto, ao compararmos o LD e a apostila, observamos uma das mais significativas diferenças entre ambos: a relação entre a profundidade e a superficialidade dos conteúdos temáticos.

Portela (2008), com base nos níveis de adaptação do conteúdo científico para o pedagógico propõe a seguinte classificação:

- a- Apostila: gênero cuja construção composicional estabelece o maior distanciamento com o discurso de referência, estabelecendo um processo de “diluição” do conteúdo;
- b- Livro didático e manuais: construção composicional que estabelece um distanciamento intermediário com o texto de referência, estabelecendo um processo de “mediação”;
- c- Livros autodidáticos, paradidáticos: construção composicional que estabelece o processo de aplicação;
- d- Dicionários e enciclopédias: construção composicional que estabelece o menor distanciamento em relação ao gênero de referência, determinando um processo de “conservação” do conteúdo;
- e- Obra inovadora: construção composicional que estabelece a inovação em relação ao gênero de referência.

Segundo essa classificação e a análise comparativa entre diferentes manuais, verificamos que de fato as apostilas apresentam os conteúdos de forma mais superficial do que o LD.

Um dos fatores que determinam essa diluição e superficialidade dos conteúdos relaciona-se ao espaço e ao tempo. A apostila é organizada com uma estrutura diferente do livro. Enquanto o LD apresenta os conteúdos para todo o período letivo (normalmente um ano), a apostila é organizada para ser consumida em um período muito menor (um a dois meses, no máximo) e geralmente, num mesmo exemplar, há várias disciplinas contempladas, ou seja, o espaço é menor e por isso a necessidade de redução dos conteúdos. Com relação ao tempo, existe outro fator que diferencia o LD da apostila, essas são organizadas para serem “consumidas” por um prazo determinado pela coordenação das escolas e o seu cumprimento é obrigatório, o que também não permite o aprofundamento dos conteúdos.

Do ponto de vista das estratégias pedagógicas de aprendizagem, observamos também diferenças significativas entre os dois gêneros.

A apostila organiza a aprendizagem centrada sobre a aquisição de conhecimentos, enquanto que o LD, apesar de também organizar-se sobre o produto, abre espaços para atividades que visam o processo de aprendizagem.

Quanto à forma de apresentação, observamos que, atualmente há uma tendência de os livros adotarem uma encadernação em espiral, o que lhe confere uma semelhança com a apostila.

A estrutura discursivo-textual é bastante semelhante entre o LD e a apostila. Ambos apresentam: sumário, texto de apresentação do material cujo objetivo é estimular e obter adesão dos usuários, unidades que são normalmente constituídas por um texto de abertura, seguido de exercícios de interpretação e de conteúdos gramaticais.

A seguir, apresentamos um quadro que resume as principais características observadas que foram divididas em três dimensões: uma perspectiva global, na qual analisamos as estratégias pedagógicas, uma perspectiva comunicativa em que verificamos os aspectos relacionados às linguagens e uma perspectiva didática em que observamos as formas de tratamento dos conteúdos e as formas de avaliação.

	LIVRO DIDÁTICO	APOSTILA
Organização da aprendizagem	Apresenta atividades que refletem sobre o processo de ensino-aprendizagem.	Centra-se no conhecimento, no produto.
Autonomia	Estimula o desenvolvimento de atividades autônomas.	Apresenta atividades direcionadas, automatizadas.
Abertura para o exterior	Remete a fontes, propõe	Apagamento das fontes,

	leituras complementares e pesquisas.	atividades fechadas na apostila.
Tipos de linguagens	Sincréticas, com ênfase na linguagem verbal.	Sincréticas com exploração maior da linguagem visual: mais ilustrações, desenhos mais atrativos.
Comunicação	Linguagem mais formal, tom impositivo, distanciamento maior com o interlocutor (professor ou aluno).	Linguagem menos formal, tom impositivo, distanciamento menor (professor ou aluno).
Atualização	Menor.	Maior.
Estrutura das atividades	Uniformidade/monotonia; aplicação; compreensão.	Uniformidade/monotonia; informação/sistematização.
Eixo didático	Adequação relativa Temas /conteúdos aos PCNS.	Adequação relativa temas/conteúdos aos PCNS.
Formas de avaliação	Informativa.	Informativa.

Considerações finais

Nossa análise revelou que, apesar das diferenças entre o LD e a apostila, ambos possuem um caráter homogeneizante, de uniformização do ensino e da aprendizagem, uma vez que delimitam os efeitos de sentidos, legitimando os valores e axiologias dominantes. As competências e as habilidades dos professores e dos alunos são, desta forma, impostas pelo destinador educacional, estabelecendo um fechamento, uma coerção dos sentidos.

Esse processo se estabelece de forma mais marcada na apostila do que no LD, já que este, conforme observamos, permite uma abertura um pouco maior ao exterior e apresenta atividades menos automatizadas que exigem maior reflexão por parte do aluno.

Pudemos também identificar que, por causa de um maior ou menor distanciamento dos conteúdos em relação ao texto científico, o LD se revelou mais adequado a uma formação mais sólida. Vale ressaltar que ambos, LD e apostila, apresentam seu conteúdo como verdades absolutas e únicas sobre os temas e ou fatos estudados.

Se pensarmos na oposição permanência vs transformação, seja em relação ao conteúdo, seja em relação às formas de comunicação, verificamos que a apostila, consegue manter-se mais atualizada, especialmente por sua periodicidade.

Muito se tem discutido sobre as vantagens e as desvantagens do uso do LD e da apostila há algum tempo. No entanto, apesar da polêmica, pelo menos no ensino básico, o que se observa é que tanto na rede pública de ensino quanto na rede privada, são esses os gêneros que determinam o processo de ensino e aprendizagem. O que verificamos atualmente é a substituição do LD e da apostila pelos manuais digitais.

Sabemos que essa mudança é inevitável, tendo em vista a inserção cada vez maior da tecnologia no processo educacional.

Partindo dos modelos de adaptação apresentados e considerando que o manual digital ocuparia um grau de diluição maior que a apostila, nosso questionamento não é em relação ao uso ou não do GDP, pois acreditamos que diante das estruturas e políticas educacionais, principalmente da rede pública, ele pode ser um apoio importante. Questionamos o aprofundamento/superficialidade com que os conteúdos estão sendo tratados, questionamos o

predomínio de fragmentos de textos, as doses “homeopáticas” de conhecimento com os quais o GDP está sendo estruturado.

Se as competências e habilidades dos sujeitos aprendizes são de fato determinadas pelo GDP e, se é fato que o mesmo tem a cada dia diluído mais o conhecimento, qual ou quais as competências a escola tem transmitido aos seus alunos?

Com certeza, as mudanças ocorridas na sociedade exigem mudanças nos gêneros escolares, todavia urge nos debruçarmos sobre esse material a fim de possibilitarmos uma educação mais sólida, capaz de promover reais transformações pessoais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005
- CHIAPPINI, L. **Gêneros do discurso na escola: mito, cordel, discurso político, divulgação científica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BEHRENS.M. a. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**.8 ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHAVES, A. S. **Gêneros do discurso entre tradição e modernidade**. Disponível em :www.ffch.usp.br/dlc/enil/pdf/87_Aline_SCpdf
- FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo : Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A. R. BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2002, p. 19-30.
- PALMA, D.V. **Gêneros textuais e sua relação com o passado e o presente**. Disponível em :http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicação_docente/generos_textuais_Dieli.pdf.
- PORTELA, J.C. **Práticas didáticas: um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica**. 2008. Tese do doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2008.
- SCHNEUWLY, B. ; DOLZ,J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Repères**, 15. Traduzido por Gláís Sales Cordeiro, 1997.